Parâmetros Estratégicos para a Distribuição do Efetivo Policial Militar no Piauí: Uma Análise das Dinâmicas de Segurança Pública

Strategic Parameters for the Distribution of Military Police Personnel in Piauí: An Analysis of Public Security Dynamics

Sônia Regina Bastos Ribeiro Vieira da Silveira³
Bruno Araújo Alencar⁴

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as variáveis que influenciam os critérios de distribuição do efetivo da Polícia Militar do Piauí, com vistas a propor mudanças que aproximem a estrutura policial de um modelo ideal. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Inicialmente, investigamos os principais vetores que orientam a fixação e distribuição do efetivo, como índices de violência, densidade populacional, características geográficas e condições socioeconômicas, avaliando aqueles que melhor se adaptam à realidade do Estado. Em um segundo momento, exploramos os critérios subjetivos, como a jornada de trabalho dos profissionais de segurança pública, considerando os direitos e garantias constitucionais que os amparam e sua relação com a otimização do atendimento às demandas sociais. Essa abordagem se justifica pelo fato de que os critérios subjetivos têm recebido pouca atenção na literatura especializada. Para tanto, utilizamos como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, com o aporte teórico de autores como Freitas (2011), Melton (1999) e Tomé (2017), entre outros. Ao final, propomos um modelo de distribuição baseado na combinação de faixas populacionais e jornada de trabalho, considerando este o critério mais adequado à realidade piauiense.

Palavras-chave: efetivo ideal; critérios de distribuição; jornada de trabalho.

³ Major da Polícia Militar do Piauí. Especialista em Segurança Pública pela UESPI/PMPI. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9523997234876022>. E-mail: soniamacgyver@hotmail.com.

⁴ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UFPI). Professor Substituto do Departamento de Filosofia (UFPI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3997797041356804>. E-mail: brunoalencar@ufpi.edu.br.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the variables that influence the Piauí Military Police personnel distribution criteria, with a view to proposing changes that bring the police structure closer to an ideal model. This is a bibliographical study with a qualitative approach. Initially, we investigated the main vectors that guide the establishment and distribution of personnel, such as violence rates, population density, geographic characteristics and socioeconomic conditions, evaluating those that best adapt to the State's reality. In a second step, we explored subjective criteria, such as the working hours of public security professionals, considering the constitutional rights and guarantees that support them and their relationship with optimizing compliance with social demands. This approach is justified by the fact that subjective criteria have received little attention in the specialized literature. To do so, we used bibliographical research as our data collection method, with the theoretical support of authors such as Freitas (2011), Melton (1999) and Tomé (2017), and others. In the end, we propose a distribution model based on the combination of population groups and working hours, considering this the most appropriate criterion for the reality of Piauí.

Keywords: ideal force; distribution criteria; working hours.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo observar a dinâmica de distribuição do efetivo da Polícia Militar do Estado do Piauí (PMPI) e propor modificações na sua atual distribuição. Para tanto, observamos que o crescimento demográfico e econômico das cidades eclode assustadoramente e vem acompanhado do aumento da criminalidade e da violência, por isso a insegurança surge como uma questão urgente da sociedade a ser resolvida. De acordo com o Atlas da Violência 2024, a região nordeste é a mais violenta do Brasil, com taxa de homicídios de 37,1 para cada 100 mil habitantes, e o estado do Piauí teve o aumento de 41,6% entre 2017 e 2022, atingindo a marca de 25,2 (Cerqueira; Bueno, 2024). Depois de observada tal situação, buscamos saber qual o contingente policial militar que atua nas cidades piauienses, quantitativo este que apresentaremos adiante, percebemos que o número de homens e mulheres na Corporação não tem suprido a necessidade da sociedade no tocante a garantia de segurança pública ostensiva no território piauiense.

Para atuar contra o crescimento da violência existem os órgãos de Segurança Pública, dentre eles a Polícia Militar do Piauí, a qual é formada por unidades administrativas e operacionais, compostas por policiais militares distribuídos em Postos e Graduações, constituindo assim, o efetivo, que é o principal recurso necessário ao funcionamento

da Corporação, pois é com a atuação do policial militar que se materializa o policiamento próximo à sociedade.

O contingente da Polícia Militar do Piauí é estabelecido de acordo com a lei de fixação de efetivo, no entanto, a falta de regulamentação legal para diretrizes de movimentação de pessoal que definam o quantitativo mínimo de operacionalidade vem refletindo de forma negativa nas ações de policiamento, o qual não tem sido capaz de acompanhar o ritmo acelerado das mudanças que vêm ocorrendo na sociedade atual, sendo necessários subsídios legais que estabeleçam parâmetros para maximizar o policiamento ostensivo nos municípios piauienses e promover a sensação de segurança almejada pela população.

Durante os 30 anos de nossa trajetória na Corporação, observamos que a definição e distribuição do efetivo policial são realizadas de forma empírica, sem análises sistemáticas e contínuas. Muitas vezes, as decisões são baseadas em dados coletados de maneira simplificada ou, até mesmo, em afinidades e nuances de poder político. A própria legislação que estabelece o efetivo policial militar, a Lei nº 5.552 de 23 de março de 2006, já sofreu diversas alterações ao longo do tempo, mas ainda assim não atende plenamente às necessidades da sociedade no que tange à garantia da segurança pública. Nesse contexto, como apontado pelo Atlas da Violência 2024, o Piauí tem registrado um aumento significativo nos homicídios, o que reforça a urgência de uma gestão mais eficaz e fundamentada do efetivo policial (Piauí, 2006; Cerqueira; Bueno, 2024). Dessa forma, não há uma base técnico-científica robusta que permita afirmar com precisão se existe ou não um déficit de recursos humanos no policiamento ostensivo, o que compromete o cumprimento adequado das competências estabelecidas pelas normativas da Polícia Militar do Piauí.

A distribuição do efetivo policial militar de forma eficiente tem sido um dos maiores desafios das polícias militares na atualidade. Com o adendo de contribuir com essa discussão trivial e necessária para o fomento da exegese da Segurança Pública piauiense é que o presente estudo coloca em debate o seguinte questionamento: como distribuir de forma eficiente o efetivo da Polícia Militar do Piauí no território piauiense?

Assim, verificamos que a falta de critérios predefinidos para a distribuição do efetivo da PMPI na legislação vigente afeta a distribuição deste efetivo de forma eficiente e eficaz na Corporação,

levando em conta neste estudo, a população e a jornada de trabalho do policial militar.

Para traçar um itinerário sistemático e profícuo para esmiuçar os desdobramentos da análise teórica, traçamos alguns objetivos que se concentram, de modo geral, em observar como a lei que fixa o efetivo da Polícia Militar do Piauí e suas alterações desde o ano de sua promulgação em 2006, definem a melhor forma de distribuir o efetivo policial militar em consonância com a população de cada município, observando, ainda, o respeito a jornada de trabalho prevista na legislação, apresentando uma proposta quanto à distribuição técnica de policiais militares no Piauí, através de criação de legislação que estabeleça a forma mais eficiente e eficaz de distribuição do efetivo policial militar. Outrossim, buscamos nessa investigação estudos em literatura estrangeira que se sedimentam em inquirição robusta para nutrir/fortalecer a aliança com novas políticas ativas de melhoramento de atuação policial e em situações hodiernas, como atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica: *Improving Police: What's Craft Got to Do with It?* (2013) e *Police Response to Domestic Violence* (1999).

Essa investigação trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, utilizando como fontes artigos, legislações, teses, dissertações, documentos oficiais e relatórios. A coleta de dados foi realizada ainda através de levantamentos bibliográficos preliminares atinentes ao assunto em sites de Instituições Coirmãs⁵, revistas com publicações de trabalhos científicos sobre assuntos de Segurança Pública e outras consultas bibliográficas sobre distribuição de efetivo, bem como documentos oficiais.

Pesquisamos dados online usando as palavras-chave: efetivo ideal, critérios de fixação e de distribuição, jornada de trabalho e outros termos equivalentes. Fizemos uma análise documental, tendo como fontes: documentos oficiais, relatórios, legislações federal e estadual, inclusive de outras Corporações Militares.

Esse estudo indica possibilidades reais de mudanças significativas para implementar/melhorar o quadro de efetivo da

⁵ A nomenclatura “Coirmãs” faz referências a outras instituições policiais.

Polícia Militar do Piauí. Dentre eles, destacamos, por exemplo, que em um Grupamento Policial Militar (GPM) de um determinado município com até 5.000 habitantes, são necessários 15 policiais militares: 12 para compor 4 guarnições, acrescidos do comandante do GPM e 2 PMs para cobrir afastamentos. Essas diretrizes, baseadas em parâmetros específicos, mostram a importância de se adotar uma abordagem técnica e sistemática na distribuição do efetivo policial. Nesse sentido, é útil conhecer outras realidades de unidades de polícias militares de diferentes estados brasileiros. Considerações sobre o efetivo de outras corporações revelam não apenas disparidades na quantidade de recursos humanos, mas também na forma como a alocação é feita, o que pode fornecer insights valiosos para o aprimoramento da gestão do efetivo no Piauí.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE EFETIVOS DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL

As Polícias Militares Estaduais fazem parte dos órgãos de segurança pública, com atribuições previstas na Constituição da República Federativa do Brasil e nas Constituições dos Estados, destinam-se ao policiamento ostensivo, à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme está demonstrado no art. nº 144 da CRFB/88 (Brasil, 2016).

Estas Corporações Militares possuem uma organização formal regida por níveis hierarquizados definidos em um organograma constituído de comando-geral, subcomando-geral, diretorias, comandos de batalhões, companhias independentes e outras funções. Para entendermos melhor trazemos a lume a definição de estrutura organizacional “A estrutura organizacional é um meio de que se serve uma organização qualquer para atingir eficientemente seus objetivos” (Chiavenato, 1983, p. 185).

Portanto, no que diz respeito à Polícia Militar do Piauí, é importante destacar que a instituição emprega uma estrutura organizacional para alcançar seus objetivos finais, ou seja, combater a criminalidade de forma estratégica e eficiente, conforme evidenciado em documentos analisados e que abordaremos posteriormente. Antes, precisamos saber se o quantitativo do efetivo da PMPI influencia na diminuição da criminalidade. Para isso, a contenda se baseou em levantamento bibliográfico amplo sobre o efetivo, buscando subsídios junto a outras instituições policiais militares do Brasil, e no mundo

que já implantaram critérios de distribuição ou realizaram estudos acerca do assunto para melhorar/aprimorar suas ações. Durante os estudos verificamos que todos os autores discutem a importância de aplicar critérios técnicos e científicos para a definição e distribuição do efetivo policial

Dentre essas instituições, verificamos que integrantes da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) realizaram estudos a fim de subsidiar tecnicamente a formação de metodologia para definir critérios científicos na previsão e existência de efetivo permanente de policiais militares em cidades capixabas. De acordo com Carlos Palaoro, Capitão da PMES:

A definição e distribuição de efetivo policial é um dos pilares de empirismo e ausência de análises continuadas e sistematizadas, com um flagrante envolvimento de fatores movidos por trabalhos pautados em dados de aumento de criminalidade de forma simples, ou até afinidades e nuances de poder político por exemplo (Palaoro, 2013, p. 18).

Desse modo, entendemos que devido à complexidade do tema, a falta de dados e estudos mais aprofundados inviabiliza a definição de critérios técnicos para se estabelecer o efetivo policial. Nessa rota, Adriana Tomé, também Oficial da PMES, destaca o que é necessário enquanto parâmetro científico para alcançar bons índices de segurança.

Reforçar a importância de se instituir parâmetro científico para o dimensionamento de efetivo policial, assim como para a fixação de OME ao longo dos municípios que compõem o Estado Capixaba, de maneira a minimizar eventuais aspectos políticos ou subjetivos que possam advir, bem como implementar políticas públicas de Segurança no Espírito Santo (Tomé, 2017, p. 90).

Podemos ver que, tanto Carlos Palaoro (2013) quanto Adriana Tomé (2017) destacam, respectivamente, a falta de uma metodologia sistemática e a necessidade de estabelecer parâmetros científicos para reduzir influências políticas e subjetivas. A ideia central é que a decisão sobre o efetivo não pode ser baseada em empirismo ou em interesses políticos, mas sim em dados e estudos contínuos. Percebe-se a ausência de estudos aprofundados sobre o tema, além de um trabalho ainda incipiente em relação ao efetivo, tanto em seu aspecto quantitativo quanto na sua distribuição. Também é necessário considerar a

maximização desse efetivo, respeitando os direitos e garantias dos operadores, que, na maioria das vezes, trabalham além da carga horária regulamentar.

Diante dessa realidade, é importante destacar que a adoção de um paradigma científico fortalece e aprimora a ação do policiamento, pois o índice a ser considerado deve ser o da ciência e não apenas o da empiria.

Com estas observações, podemos verificar que fatores como o empirismo e os interesses políticos aparecem como empecilho para se estabelecer os parâmetros a serem aplicados pelas corporações policiais militares. A arte de realizar o policiamento deve ser concatenada com a presunção da utilidade de atendimento às demandas públicas. Willis (2013) também reforça essa abordagem científica, mencionando que o movimento baseado em evidências ajuda a melhorar a compreensão sobre como a polícia pode contribuir efetivamente para a segurança pública.

Em primeira instância, a ciência policial provavelmente poderia prestar mais atenção à arte policial para validar o que funciona e em que condições. Ao concentrar tanta energia em identificar os melhores meios para prevenir o crime, o movimento baseado em evidências melhorou a compreensão sobre como a polícia pode contribuir para a segurança pública (Willis, 2013, p. 6, tradução nossa).

Um outro exemplo importante para analisarmos o adensamento das informações foi o de observar na Polícia Militar do Paraná estudos sobre o tema em questão, tendo em vista que, de acordo com o autor, o efetivo da referida instituição se encontrava aquém do necessário para suprir as demandas de segurança pública no Estado. Durante este levantamento foi constatado pelos pesquisadores que para a implantação de melhorias na distribuição do efetivo da PMPR seriam encontradas dificuldades.

É tarefa difícil identificar um sistema de cálculo de efetivo aceito por todos para fixação de policiais militares no serviço específico de policiamento ostensivo. Cada organização policial militar, dependendo das características do ambiente urbano-rural, das características da população, e de outros fatores vinculantes do aumento da criminalidade, terá uma necessidade diferenciada de efetivo (Carstens; Periotto, 2010, p. 13).

A fixação de efetivo realmente é uma tarefa árdua, pois devem ser levados em consideração vários fatores que interferem na distribuição

e fixação do efetivo, como dito alhures, como violência, mecanismo funcional de cada instituição, geografia, dentre outras. Freitas (2011) ao falar sobre a importância do principal recurso para o funcionamento da Corporação Paranaense afirma que:

Enquanto o denominado “efetivo existente”, é o quantitativo de militares estaduais na ativa, ou seja, o efetivo PM que efetivamente está lotado e desenvolvendo suas atividades, administrativas (atividade-meio) ou operacionais (atividade-fim), portanto, diante da inexistência de um quantitativo PM ideal, o efetivo que pretendemos alcançar pelo cálculo que iremos propor, chegaremos à conclusão se há realmente déficit de pessoal em determinado município, pois atualmente é possível apenas afirmar que há uma grande lacuna de recursos humanos, um grande déficit de pessoal entre o quantitativo fixado em lei e o efetivo constante do relatório de pessoal, o efetivo que está realmente desenvolvendo suas atividades na Corporação e ainda apenas em sua totalidade no contexto de abrangência do Estado, jamais se pensando num efetivo ideal por localidade ou por município paranaense (Freitas, 2011, p. 11).

O autor faz uma referência à diferença dos termos “déficit” e “lacuna”, propondo um cálculo para verificar se há mesmo deficiência no quantitativo de policiais em atividade na corporação. Ainda segundo Freitas (2011, p. 37), “Cada Polícia Militar, dependendo das características do ambiente urbano ou rural, de fatores indicativos do aumento da criminalidade e das características da população, terá uma necessidade diferenciada de recursos humanos”. Segundo Kosloski (2009), a definição para a fixação do efetivo não pode se limitar apenas ao fator criminalidade:

Assim, considerar como critério para a fixação de efetivo policial-militar o índice de criminalidade é um engano, pois o crime está onde há riqueza; desta forma, o ser humano vendo facilidades e a pouca renda, migra para a ilicitude, abandonando, muitas vezes, seu emprego, na esperança de ganhos. A taxa de criminalidade não é uma medida que deve embasar a distribuição do efetivo, mas sim, uma forma de avaliar a prestimosidade do órgão de segurança, ou melhor, a eficiência da distribuição do efetivo, baseado nas variantes vetoriais, da Polícia Militar do Paraná (Kosloski, 2009, p. 76).

O estudo da Polícia Militar do Paraná, com a citação de Freitas (2011), revela a complexidade de determinar a quantidade ideal de efetivo, considerando fatores como o ambiente urbano-rural e a taxa de criminalidade. Essa visão é compartilhada por Kosloski (2009),

que argumenta que a criminalidade não pode ser o único critério para a distribuição do efetivo, uma vez que fatores econômicos e sociais também desempenham um papel crucial. Essa convergência sugere que, além da criminalidade, é necessário considerar a geografia, a densidade populacional, as características locais e outros elementos contextuais ao planejar a distribuição do efetivo.

Tanto os autores da PMES, como Carlos Palaoro (2013) e Adriana Tomé (2017), quanto os pesquisadores da PMPR, reconhecem a ausência de estudos aprofundados sobre a distribuição do efetivo e a necessidade de aplicar métodos científicos. Esse ponto de convergência destaca que a falta de dados concretos impede uma análise adequada da distribuição do efetivo e da maximização do pessoal disponível para as atividades de policiamento.

Kosloski (2009) diverge de outros autores ao questionar o uso da taxa de criminalidade como critério principal para a definição do efetivo policial. Segundo ele, a criminalidade não deve ser o fator determinante, pois pode estar mais relacionada à desigualdade socioeconômica do que à segurança em si. Ele sugere que o foco deve ser na eficiência da distribuição do efetivo, considerando outras variáveis. Outros autores, como Carstens e Periotto (2010), discutem a complexidade do cálculo do efetivo e reconhecem a importância de considerar a criminalidade, mas também destacam outros fatores como o contexto social, geográfico e econômico, alinhando-se mais com a visão de Freitas (2011) e Willis (2013).

Freitas (2011) faz uma distinção importante entre “déficit” e “lacuna” no efetivo, sugerindo que o problema não é apenas a quantidade insuficiente de policiais, mas também a distribuição ineficaz dentro das corporações. Propõe um cálculo mais detalhado para verificar o verdadeiro déficit de pessoal, considerando o efetivo que realmente está em atividade. Essa abordagem vai além da simples verificação de números e se concentra na funcionalidade do efetivo disponível.

Por outro lado, Carlos Palaoro (2013) não aborda essa distinção diretamente, mas sugere que o problema está relacionado com maior intensidade à falta de uma metodologia científica para alocar o efetivo, o que sugere uma abordagem mais teórica e voltada para a análise de dados de forma amplificada.

Os autores convergem em vários pontos, principalmente na necessidade de uma abordagem técnica e científica para a definição do efetivo policial, considerando variáveis contextuais (como geografia,

população, e fatores sociais) e a eliminação da influência de interesses políticos e subjetivos.

Sob outro enfoque, as principais discordâncias ocorrem na forma de abordar a criminalidade como critério para a alocação do efetivo e na compreensão das deficiências no efetivo (diferenciação entre “déficit” e “lacuna”). Kosloski (2009) propõe uma visão mais ampla, considerando fatores econômicos, enquanto Freitas (2011) apresenta um enfoque com maior detalhamento sobre o cálculo do efetivo, sem se limitar ao número de policiais, mas focando na distribuição funcional.

Essas observações demonstram que, embora todos os autores compartilhem uma visão comum de que a definição do efetivo policial deve ser mais técnica e científica, há diferentes abordagens quanto à aplicação desses princípios e à análise dos fatores que influenciam a distribuição do efetivo.

Sabemos que os índices de criminalidade apresentados pelos órgãos de segurança pública não são fidedignos. O que deve ser realizada é uma espécie de integração, como a do Sistema Único de Saúde (SUS), que registra os atendimentos médicos e as mortes em unidades de saúde pública; bem como, com os Institutos de Medicina Legal, que atuam nos casos de exames de lesões corporais, constatação de violência sexual e morte não natural, para melhor análise dos dados.

A complexidade das questões envolvendo a segurança pública exige uma abordagem equilibrada para a definição do efetivo policial, como apontado por Rodrigues e Fonseca (2008), taxas de criminalidade e o número de policiais disponíveis não podem ser os únicos critérios na alocação de efetivo, pois não refletem integralmente as necessidades reais de cada município. Para uma distribuição mais eficaz, é necessário integrar critérios objetivos, como a população dos municípios, com critérios subjetivos, que considerem as condições de segurança pública, os aspectos socioeconômicos, culturais e de infraestrutura de cada localidade.

Nesse sentido, a proposta de distribuição eficaz do efetivo da Polícia Militar do Piauí deve ser construída a partir de uma análise criteriosa desses elementos. Embora as referências legais forneçam a base normativa para a atuação da corporação, a aplicação dessas diretrizes precisa ser adaptada à realidade de cada município, considerando sua realidade demográfica e social, com o objetivo de atingir uma distribuição mais justa e eficaz do efetivo policial. Portanto, é essencial que a Polícia Militar do Piauí adote métodos

que contemplem tanto a quantidade de efetivo necessária quanto às peculiaridades de cada região, buscando alcançar resultados mais efetivos na preservação da ordem pública.

Diante do exposto, constatamos a necessidade de se estabelecer critérios de distribuição de efetivo, sendo a população dos municípios piauienses um parâmetro importantíssimo para podermos alcançar melhores resultados na preservação da ordem pública.

3 AS REFERÊNCIAS LEGAIS SOBRE O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ: UMA PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO EFICAZ

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aferidos no ano de 2022, o Estado do Piauí possui uma área territorial de 251.755,481 km², com uma população estimada de 3.271.199 (três milhões duzentos e setenta e um mil e cento e noventa e nove) pessoas e densidade demográfica de 12,99 habitantes/km². Toda essa extensão e população são assistidas em termos de policiamento ostensivo por apenas 5.276 (cinco mil duzentos e setenta e seis) policiais militares ativos distribuídos nas OPMs da capital e interior do Estado, o que não é suficiente para atender a demanda da sociedade no tocante à segurança pública, pois se realizarmos um cálculo matemático simples dividindo a população pelo quantitativo do efetivo teremos o seguinte resultado: $3.271.199 \div 5.276 = 620.014$, ou seja, apenas 01 (um) PM para cada 620 (seiscentos e vinte) pessoas⁶. Não foi incluído nestes cálculos a população flutuante, sendo ainda maior a proporção de pessoas para cada policial militar (IBGE, 2022; Piauí, 2022).

Para entendermos como é feita a distribuição do efetivo da Polícia Militar do Piauí (PMPI) no território piauiense, fizemos um estudo da legislação vigente⁷, verificando que o efetivo foi fixado pela Lei nº 5.552, de 23 de março de 2006, em 9.888 (nove mil oitocentos e oitenta) policiais militares que são distribuídos por Postos e Graduações. Essa

⁶ Para fins de alocação de dados, consideramos o efetivo da Polícia Militar do Piauí até o ano de 2022.

⁷ A proposta considerou a legislação vigente referente ao ano de 2022, mas como existe uma atualização em tempos, a discussão referente ao parâmetro atual poderá ser realizada em um outro momento oportuno.

lei ordinária sofreu diversas alterações, readequando e aumentando o efetivo da PMPI nestes mais de 16 (dezesesseis) anos de sua aprovação (Piauí, 2006).

As sucessivas alterações legislativas modificaram o efetivo previsto na PMPI conforme se verifica na Lei Complementar nº 111, de 14 de julho de 2008, a qual fez a primeira alteração na lei de fixação de efetivo, transformando e criando unidades, aumentando o efetivo de 9.888 (nove mil oitocentos e oitenta) para 11.107 (onze mil cento e sete) policiais militares, em seguida, apenas um ano após a alteração da lei de efetivo, a Lei Complementar nº 137, de 23 de outubro de 2009, transformou outras unidades e aumentou o efetivo de 11.107 (onze mil cento e sete) para 11.149 (onze mil cento e quarenta e nove) policiais militares, com o acréscimo de 42 (quarenta e dois) Tenentes-Coronéis QOPM (Piauí, 2008; 2009).

Na sequência, a Lei Complementar nº 168, de 19 de maio de 2011, mais uma vez aumentou o efetivo de 11.149 (onze mil cento e quarenta e nove) para 11.366 (onze mil e trezentos e sessenta e seis) policiais militares. No entanto, a Lei nº 6.199, de 27 de março de 2012, criou e transformou órgãos de direção e execução sem aumentar o efetivo, que permaneceu em 11.366 (onze mil e trezentos e sessenta e seis) policiais militares, assim como a Lei nº 6.792, de 19 de abril de 2016, que alterou outras leis, criou órgãos e transformou unidades, extinguiu e unificou Quadros, e ainda criou o Posto de Major QEOPM, mantendo o mesmo quantitativo (Piauí, 2011; 2012a; 2016).

A Lei nº 7.342, de 20 de janeiro de 2020, transformou a 3ª Companhia do 8º Batalhão da Polícia Militar (8º BPM), localizado na cidade de Altos, no 21º Batalhão da Polícia Militar (21º BPM), criando apenas o Posto de 01 (um) Tenente-Coronel e de 01 (um) Major QOPM, onde o efetivo passou de 11.366 (onze mil e trezentos e sessenta e seis) para 11.367 (onze mil e trezentos e sessenta e sete) policiais militares, ou seja, desde o ano de 2011, não houve aumento real no efetivo da PMPI com estas alterações, somente uma redistribuição do quantitativo nos Postos e Graduações (Piauí, 2020).

Por último a Lei nº 7.774 de 04 de abril de 2022, alterou e transformou órgãos de direção e execução, criando novas Unidades Policiais (26º BPM, BPMRural e ROCAM), a Coordenadoria de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica “Patrulha Maria da Penha”, dentre outros, aumentando o efetivo para 11.399 (onze mil trezentos e noventa e nove) policiais militares (Piauí, 2022).

Após apresentarmos a hermenêutica dos dados técnicos, acreditamos, após uma inquirição robusta, que estas alterações deveriam vislumbrar uma readequação da estrutura policial militar para o acompanhamento do aumento populacional, crescimento da violência e da criminalidade, e fatores econômicos, no entanto, não verificamos estes parâmetros para justificar tais alterações, sendo constatado que o intuito das mudanças tinha a finalidade apenas de adequar a criação e transformação de novos órgãos para aumento de vagas para promoções dos policiais militares.

Percebemos que o efetivo existente é bem aquém do previsto legalmente, somente 5.276 (cinco mil duzentos e setenta e seis), e o quantitativo sofreu poucas mudanças nas últimas décadas, como a criação de cargos para a promoção de seu efetivo ou realizando concurso apenas para cobrir a deficiência de policiais que foram para reserva remunerada⁸.

Fica notório que o Estado do Piauí não usa nenhum critério constante em regramentos legais, nem mesmo o populacional para a fixação do seu efetivo militar. A falta de dotação orçamentária e de políticas públicas fazem com que o efetivo da Polícia Militar do Estado do Piauí fique sempre abaixo do mínimo necessário para desenvolver seu mister institucional de forma satisfatória.

A análise do efetivo policial no Estado do Piauí revela que a insuficiência de policiais resulta em sobrecarga de trabalho, forçando muitos profissionais a ultrapassarem a jornada de trabalho máxima prevista em lei. Essa realidade, que surge da falta de um número adequado de efetivo, prejudica tanto o bem-estar dos policiais quanto a qualidade do serviço prestado à população. Assim, é fundamental que, ao definir o efetivo necessário, também se reconsidere a jornada de trabalho, garantindo que as condições de trabalho respeitem as limitações legais e proporcionem um equilíbrio entre a demanda por segurança pública e os direitos dos profissionais.

8 A condição de estar na reserva remunerada equivale à aposentadoria do policial militar.

4 A JORNADA DE TRABALHO MÁXIMA DEFINIDA NA LEGISLAÇÃO: ALGUNS ASPECTOS A SEREM (RE) CONSIDERADOS

A missão constitucional das polícias militares dos estados, conforme citado anteriormente, se materializa principalmente na preservação da ordem pública através do policiamento ostensivo diário ininterrupto, realizado pelos policiais militares distribuídos nas diversas OPMs, os quais cumprem uma jornada de trabalho para a garantia da paz social.

Destacamos que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III), em 10 de dezembro 1948, em seu art. 24º, que: “[t]oda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas” (ONU, 1948). O Brasil aderiu ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, aprovado conforme Decreto nº 591 de 06 de julho de 1992, o qual dispõe que de acordo com o artigo 7º do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os Estados Partes reconhecem o direito de toda pessoa a condições de trabalho justas e favoráveis. Isso inclui o descanso, o lazer, a limitação razoável da jornada de trabalho, férias periódicas remuneradas e a remuneração de trabalhadores feridos (Brasil, 2022).

Nesse contexto, no âmbito da Polícia Militar do Estado do Piauí, a Portaria nº 409 de 11/06/2012, publicada no BCG nº 111/2012, aprovou as normas para regulamentação da jornada de trabalho e as determinações para o emprego da tropa nas escalas de serviços, e estabeleceu o seguinte:

Art. 13. Fica estabelecida no âmbito da Polícia Militar do Estado do Piauí a jornada máxima de trabalho semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.

Parágrafo único - A jornada mínima de trabalho para o serviço operacional fica estabelecida através da relação de 01(um) turno trabalhado para 03(três) turnos correspondentes de folga.

Art. 14. As cargas horárias de serviço operacional, adequar-se-ão às atividades operacionais de acordo com suas especificidades, ficando exclusivamente a cargo dos Comandantes de OPM a elaboração, o controle e o emprego de Oficiais e Praças nas escalas de serviço de seus respectivos efetivos. (Piauí, s.p, 2012b).

Com a implantação da jornada máxima de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais no âmbito da PMPI, verificou-se a preocupação da instituição militar com o estabelecimento de condições de trabalho mais justas, respeitando o tempo necessário de descanso do policial militar. Assim, tornou-se notório que a norma estabeleceu uma jornada mínima, a fim de não prejudicar a prestação dos serviços de segurança pública à população, dividindo em turnos de trabalho, conforme disposto no art. 15 da citada Portaria:

Art. 15. A jornada mínima de trabalho para o serviço operacional fica estabelecida através da relação entre as seguintes cargas horárias referentes aos turnos de trabalho e suas respectivas folgas, que deverão ser empregadas de acordo com as especificidades funcionais:

I – Turno de 06 (seis) horas máximas de trabalho ininterrupto para 18 (dezoito) horas de folga;

II – Turno de 08 (oito) horas máximas de trabalho ininterrupto para 24 (vinte e quatro) horas de folga;

III – Turno de 12 (doze) horas máximas de trabalho ininterrupto para 36 (trinta e seis) horas de folga;

III – Turno de 24 (vinte e quatro) horas máximas de trabalho ininterrupto para 72 (setenta e duas) horas de folga.” (Piauí, s.p, 2012b).

A Lei nº 6.467 de 19 de dezembro de 2013, alterou a Lei nº 3.808, de 16 de julho de 1981, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Piauí, estabelecendo a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para os militares do Estado do Piauí no efetivo exercício das atribuições próprias do cargo, legislando sobre o tema tratado apenas administrativamente pela Corporação através da Portaria nº 409/2012, dando amparo legal aos direitos dos policiais militares no tocante à carga horária de trabalho e resguardando a instituição no cumprimento de suas atribuições legais (Piauí, 2013; 2012b).

Diante desses ordenamentos jurídicos e considerando a profissão policial militar, vislumbramos a necessidade de se demonstrar que a observância da jornada máxima de trabalho semanal dos policiais militares, não apenas garante o respeito a estes operadores de segurança, como sujeito de direitos, mas garante a melhoria da prestação de serviço ao cidadão, bem como reflete na diminuição de casos de denúncias contra policiais e possíveis erros decorrentes do serviço policial militar, trazendo benefícios para a própria instituição policial militar.

Um erro recorrente e frequentemente observado na atuação policial é o atendimento às ocorrências de violência doméstica. É evidente que, quando o policial possui uma jornada de trabalho equilibrada com períodos adequados de descanso, ele consegue realizar um atendimento satisfatório e humanizado, tanto para as vítimas quanto para os agressores, respeitando seus direitos. No entanto, quando a jornada de trabalho não é equilibrada com o descanso necessário, o policial pode se encontrar em uma situação de alto estresse, o que pode prejudicar o desfecho da ocorrência. Esse contexto remete à importância de um conjunto de estratégias e treinamentos, como os cursos de capacitação oferecidos pelas instituições policiais, que permitem ao policial alinhar teoria e prática operacional, especialmente em casos de violência doméstica.

Se a prisão for praticada com o propósito de dissuadir a reincidência entre infratores de violência doméstica, a pesquisa mostrou que ela não está atingindo seu objetivo de forma universal e consistente. A força da dissuasão pode variar de acordo com a natureza da infração [...] **Crimes que são economicamente motivados ou exigem planejamento intenso parecem ser mais receptivos à dissuasão do que “crimes não econômicos em geral e crimes envolvendo o uso impulsivo e explosivo de violência típicos em agressões de violência doméstica** (Melton, p. 10, 1999, tradução nossa, negrito nosso).

Assim, conforme a definição dos dispositivos legais elencados acima, não podemos deixar de observar estas regulamentações no momento de determinar os fatores que deverão estabelecer o efetivo que será empregado em cada OPM, bem como sua condição regulamentar de descanso, pois a PMPI, influenciada pelo aumento da demanda por segurança e pressões por parte da sociedade, não assegura a observância da jornada de trabalho da maioria dos policiais militares lotados nas OPMs do interior do Estado no momento da distribuição do seu efetivo.

Descobrimos com este estudo, que a distribuição do efetivo policial militar das *Coirmãs* analisadas também não segue um padrão ou norma específica, não havendo nem mesmo uma relação entre o número de habitantes e o quantitativo de policiais militares, ou qualquer outro critério.

Observamos que alguns estudiosos empregam a própria reorganização da instituição com a readequação das funções de seu quadro dentro da unidade, como bem explanam Rodrigues e Fonseca

(2008), que sugeriram o emprego dos policiais militares da atividade-meio na atividade-fim, substituindo-os com pessoal civil nos serviços administrativos.

Verificamos que outros pesquisadores destacam a dificuldade de se estabelecer um cálculo específico frente às mais diversas variáveis que influenciam na fixação do efetivo.

Neste diapasão, Carstens e Periotto (2010), afirmaram ser difícil estabelecer um sistema de cálculo e propõem a adequação do “sistema por tipo de policiamento”, com o recompletamento dos quadros organizacionais dos batalhões.

Alguns estudiosos combinam alguns critérios consignando mais de uma variável para fixação do efetivo, aliado a uma metodologia de emprego de estudos sociais desatrelados de apegos políticos, como assevera Palaoro (2013), que indicou a construção de uma diretriz formal, uma metodologia que inclua critérios sociais, dentre eles os geográficos, populacionais e econômicos, e critérios institucionais formais, como a gestão inteligente com economia de recursos e o marketing institucional.

Confirmando a proposta citada acima, Tomé (2017) recomendou a necessidade de se instituir parâmetro científico para o dimensionamento de efetivo policial, assim como para a fixação de OME ao longo dos municípios que compõem o Estado Capixaba, de maneira a minimizar eventuais aspectos políticos ou subjetivos que possam advir, priorizando o policiamento ostensivo ordinário.

Constatamos que a maior parte dos autores estudados aponta como principal critério para definição de efetivo ideal para a segurança pública o fator populacional, mesmo aqueles que apresentaram fórmulas, e a observação de índices criminais, destacando ainda a importância de uma diretriz legal, sem interferências políticas.

Nessa jornada de pesquisa bibliográfica verificamos que os teóricos consideraram apenas os aspectos objetivos e quantitativos, não levando em conta o elemento subjetivo dos operadores de segurança pública, suas fragilidades emocionais, suas férias, carga de trabalho, etc.

Desta forma, para estabelecer uma diretriz formal, sugerimos que na Polícia Militar do Piauí sejam considerados o quantitativo populacional e a jornada de trabalho do policial militar, para equalizar de forma mais humanizada o serviço policial, respeitando os direitos de seus operadores.

A escolha desses critérios se deu em razão de que grande parte dos municípios piauienses se encontram nas faixas populacionais menores propostas no presente artigo, e é onde percebemos que há um déficit do efetivo da Corporação, por outro lado, os demais municípios com faixa populacional maior já são dotados de unidades ou subunidades, e é onde se concentram os maiores índices de criminalidade no Estado.

Os municípios com maior população podem receber reforços advindos dos grandes comandos da Corporação, quando os índices de violência mostrarem-se acima da normalidade em determinado período, porém, a realidade dos municípios menores é que eles não possuem sequer um efetivo mínimo, ficando dependente de fatores atípicos para obterem reforços na segurança, o que geralmente ocorre somente em períodos festivos, daí a importância da fixação de um efetivo mínimo com base no aspecto populacional observando a qualidade de vida do operador de segurança considerando também a jornada máxima de trabalho estabelecida na PMPI.

Para o critério populacional propomos a divisão dos municípios piauienses por faixas populacionais, sendo que para os municípios com até 5.000 (cinco mil) habitantes, que corresponde a 77 (setenta e sete) dos municípios piauienses, será necessário o efetivo de 15 (quinze) policiais militares para a composição de 01 (uma) guarnição por dia; para municípios que tenham acima de 5.000 (cinco mil) e até 10.000 (dez mil) habitantes, que corresponde a 83 (oitenta e três) municípios, será necessário o efetivo de 27 (vinte e sete) policiais militares para a composição de 02 (duas) guarnições por dia; para municípios que tenham acima de 10.000 (dez mil) e até 20.000 (vinte mil) habitantes, que corresponde a 37 (trinta e sete) municípios, será necessário o efetivo de 40 (quarenta) policiais militares para a composição de 03 (três) guarnições por dia; e para municípios que tenham acima de 20.000 (vinte mil) habitantes, que corresponde a 27 (vinte e sete) dos municípios piauienses, deverá ser sede de Unidade ou Subunidade, contando com um efetivo maior.

Quanto à jornada de trabalho, deve-se observar o disposto na Portaria nº 409, de 11/06/2012, a qual estabelece para o turno de 24 (vinte e quatro) horas máximas de trabalho ininterrupto o correspondente a 72 (setenta e duas) horas de folga, sendo necessário para a realização do serviço operacional em escala de 24x72h (vinte e quatro por setenta e dois), uma guarnição composta por: 01 (um) Comandante; 01 (um) Motorista e 01 (um) Patrulheiro (03 PMs diários) (Piauí, 2012b).

Ressaltamos ainda, que o policial militar por diversas vezes em seu momento de folga é convocado para reforço em policiamentos extras, é intimado para comparecer aos quartéis e em audiências judiciais, além de outras escalas e reuniões. Esse emaranhado de informações tácitas é de suma importância e requer uma outra análise robusta. Dado a nossa delimitação temática, não exploraremos essas informações, mas a julgamos triviais para levar qualidade ao atendimento da população piauiense.

Por fim, advogaremos ainda que em um Grupamento Policial Militar (GPM), para atender ao turno anteriormente mencionado, será necessário o efetivo de 12 (doze) policiais militares para a composição de 04 (quatro) guarnições, acrescido do Comandante do GPM e 02 (dois) PMs, para suprir as possíveis substituições decorrentes de afastamentos, totalizando em 15 (quinze) policiais militares para a composição mínima de um GPM em que o município tenha até 5.000 (cinco mil) habitantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Polícia Militar do Piauí tem investido mais em tecnologia para melhorar o atendimento à população, no entanto, a implantação de sistemas necessita de pessoal qualificado para operá-los, e ainda do policial militar nas ruas, para realizar o policiamento ostensivo. O número diminuto de policiais, tanto na previsão legal, que aponta 11.399 (onze mil e trezentos e noventa e nove) policiais militares, quanto no quantitativo existente de 5.276 (cinco mil duzentos e setenta e seis), não corresponde ao necessário para as ações de policiamento nos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios piauienses.

Tendo em vista que a distribuição do efetivo policial militar no estado do Piauí não está definida por critérios que deveriam ser observados quando da elaboração da legislação pertinente, faz-se necessário o levantamento das variáveis que servem como indicativo das necessidades dos municípios no tocante à segurança pública, como a população, índices de criminalidade, economia, violência doméstica, entre outros, respeitando ainda, a jornada máxima de trabalho do policial militar.

Após a definição desses critérios, é imprescindível a apresentação de uma proposta legislativa que estabeleça parâmetros formais para a distribuição do efetivo policial militar que atenda às necessidades da população em cada município piauiense.

Para a realidade piauiense, sugerimos o critério populacional distribuído em faixas, ajustado conforme a jornada de trabalho do policial militar como indicamos, alinhado a critérios subjetivos, sobretudo na proteção da dignidade humana encravada em nossa legislação, tais como, jornada de trabalho, proteção à saúde, em especial a saúde mental.

Desta forma, conforme a proposta explanada, a distribuição do efetivo com base nas faixas populacionais dos municípios é a mais adequada, pois 208 (duzentos e oito) dos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios, ou seja, a maioria dos municípios piauienses se encontra na faixa de até 30.000 (trinta mil) habitantes, conforme demonstrado neste trabalho.

Assim, é imprescindível que o legislador ao fixar o efetivo mínimo observe o quantitativo mínimo de 15 (quinze) policiais militares para um GPM com até 5.000 (cinco) mil municípios sob sua circunscrição, para atender as demandas daquele lugar. A partir do quantitativo proposto por cada faixa populacional, é possível alcançar o efetivo mínimo necessário para a atuação operacional da Polícia Militar.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Dispõe sobre o texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 24 fev. 2022.

CARSTENS, P. S. L.; PERIOTTO, Á. J. **Efetivo Policial Militar: paradigmas e proposta metodológica para cálculo de necessidades**. Artigo. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14399366-Efetivo-policial-militar-paradigmas-e-proposta-metodologica-para-calculo-de-necessidades.html>. Acesso em: 17 out. 2021.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2024: retrato dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 23 mar. 2025.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. ed. 3. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

FREITAS, G. de. **Proposta de cálculo para fixação de efetivo policial militar por município no estado do Paraná**. 2011. Monografia [Programa de Pós-graduação em Gestão Pública] Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Economia. **Cidades e Estados**. Piauí: IBGE, 2022 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi.html>. Acesso em: 23 mar. 2025.

KOSLOSKI, D. **A quantidade de policiais-militares do Paraná em relação à população: Implicações quanto à criminalidade**. Monografia. [Programa de Pós-Graduação Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais com Especialização em Planejamento Controle da Segurança Pública]. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MELTON, H. C. Police Response to Domestic Violence. **Journal of Offender Rehabilitation**, v. 29, 1999. p. 1-21. Disponível em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/police-response-domestic-violence-0> . Acesso: 07 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Genebra, 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

PALAORO, C. J. L. **Estudo sobre o critério de previsão e distribuição de efetivo policial militar para a cidade de Guarapari/ES**. Monografia [Pós-graduação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais] Faculdade Brasileira, Vitória, 2013.

PIAUI. **Lei nº 5.552, de 23 de março de 2006**. Fixa o efetivo da Polícia Militar do Piauí, modifica o art. 17 da Lei nº 3.936, de 03 de julho de 1984 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí nº 54 de 23 de março de 2006, p. 6-7. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PIAUI. **Lei Complementar nº 111, de 14 de julho de 2008**. Dispõe sobre a transformação e criação na Estrutura Organizacional da Polícia Militar do Piauí dos órgãos de execução que especifica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí nº 131 de 14 de julho de

Piauí 2008, p. 4-6. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PIAUI. **Lei Complementar nº 137, de 23 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a transformação na Estrutura Organizacional da Polícia Militar do Piauí dos órgãos de execução que especifica e dá outras providências. Diário

Oficial do Estado do Piauí nº 199 de 23 de outubro de 2009, p.5. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PIAUI. Lei Complementar nº 168, de 19 de maio de 2011. Dispõe sobre a criação e transformação na Estrutura Organizacional da Polícia Militar do Piauí dos órgãos de direção e execução que especifica e altera a Lei nº 3.808, de 16 de julho de 1981, a Lei nº 5.378, de 10 de fevereiro de 2004; a Lei Complementar nº 68, de 22 de março de 2006; a Lei Complementar nº 5.552, de 23 de março de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí nº 94 de 19 de maio de 2011, p. 3-4. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PIAUI. Lei nº 6.199, de 27 de março de 2012. Dispõe sobre a criação e transformação na Estrutura Organizacional da Polícia Militar do Piauí dos órgãos de direção e execução que especifica e altera a Lei nº 3.808, de 16 de julho de 1981, a Lei nº 5.378, de 10 de fevereiro de 2004; a Lei nº 5.552, de 23 de março de 2006; a Lei Complementar nº 168, de 19 de maio de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí nº 59 de 27 de março de 2012 a, p. 3-4. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PIAUI. Lei nº 6.467, de 19 de dezembro de 2013. Altera a Lei nº 3.808, de 16 de julho de 1981, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Piauí. Diário Oficial do Estado do Piauí nº 243, de 20/12/2013, p.13. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PIAUI. Lei nº 6.792, de 19 de abril de 2016. Altera dispositivos da Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, da Lei nº 6.199, de 27 de março de 2012, da Lei nº 5.468, de 18 de julho de 2005, da Lei nº 5.552, de 23 de março de 2006, da Lei 5.378, de 10 de fevereiro de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí nº 73 de 19 de abril de 2016, p. 1-6. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PIAUI. Lei nº 7.342, de 20 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a transformação na Estrutura Organizacional da Polícia Militar do Piauí do órgão de execução que especifica e altera o item I do Anexo único da Lei nº 5.552, de 23 de março de 2006, e o Anexo X da Lei nº 5.378, de 10 de fevereiro de 2004. Diário Oficial do Estado do Piauí nº 13 de 20 de janeiro de 2020, p. 1-2. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PIAUI. Lei nº 7.774, de 04 de abril de 2022. Altera Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar), a Lei nº 5.378, de 10 de fevereiro de 2004 (Código de Vencimentos da Polícia Militar), a Lei nº 5.403, de 14 de julho de 2004 (Cria a Corregedoria da PMPI), a Lei nº 5.457, de 30 de junho de 2005 (Cria a Coordenadoria de Gerenciamento de Crises e Direitos Humanos), a Lei nº 5.552, de 23 de março de 2006 (Fixa o efetivo da PMPI), a Lei nº 5.646, de 12 de abril de 2007 (Transforma o BPTran em BPRE), a Lei Complementar nº 111, de 14 de julho de 2008 (Transformação

e criação na Estrutura Organizacional).a Lei nº 6.792, de 19 abril de 2016 (Altera a LOB) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí nº 65 de 04 de abril de 2022, p. 8-15. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PIAUI. Portaria nº 409, de 11 de junho de 2012. Aprova as normas para regulamentação da jornada de trabalho e as determinações para o emprego da tropa nas escalas de serviços no âmbito da Polícia Militar do Estado do Piauí. Boletim Geral da Polícia Militar do Piauí nº 111, de 15/06/2012 b, p. 10-15. Disponível em: <http://bcg.pm.pi.gov.br/bcgnew/boletimenu/boletimenu.php>. Acesso em: 04 fev. 2022.

PIAUI. Sistema Integrado de Controle Administrativo da Polícia Militar do Piauí (SICAD/PMPI). Disponível em: <http://sistemas.pm.pi.gov.br/sicad/btls/relatorio>. Acesso em: 24 out. 2022.

RODRIGUES, É. A.; FONSECA, J. A. Planejamento e emprego de efetivo na Polícia Militar de Minas Gerais. **O Alferes**. Belo Horizonte, v. 23, n. 63, p. 11-34, jan./jun. 2008.

TOMÉ, A. B. Análise da metodologia de distribuição espacial de efetivo com base no estudo desenvolvido pela Polícia Militar do Espírito Santo e o Instituto Jones dos Santos Neves. Monografia [Pós-graduação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PMES] Cariacica, 2017.

WILLIS, J. J. Improving Police: What's Craft Got to Do with It? **Police**, Washington, n. 16, 2013. Disponível em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/improving-police-whats-craft-got-do-it> Acesso: 07 jan. 2025.

Data da submissão: 28/02/2023.

Data da aprovação: 22/04/2025.